

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Agosto/2016

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA****Concurso Público para provimento de cargos de  
Técnico de Nível Superior  
Analista em Gestão Pública – SEMPLAN**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'S02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação engloba aquisição de conhecimentos e civilidade.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação a tinta na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

*Há um comentário frequentemente encontrado nos meios de comunicação ou mesmo em conversas cotidianas: “O carnaval de hoje não é mais o mesmo. Transformou-se em um grande empreendimento turístico. Perdeu a autenticidade.” Em seu sentido amplo, esse comentário aplica-se a diversas modalidades de cultura popular: não só às festas, mas também ao artesanato, à música, à dança, à culinária. Pode ser expresso na forma de um lamento e de um incontido sentimento de nostalgia.*

*Em outras palavras, circula de modo amplo e difuso em nosso cotidiano uma perspectiva sobre as culturas populares na qual estas são apresentadas sob o signo da perda. Supõe-se que elas conheceram em sua longa história um momento no qual teriam florescido na sua forma mais autêntica e próxima às expectativas daqueles que as produzem. Mas desde então, como consequência das transformações históricas e em especial da chamada modernização, essas formas socioculturais teriam cada vez mais perdido seus atributos definidores.*

*Essa narrativa é seguramente poderosa e tem notável capacidade de convencimento. No entanto, um fantasma ronda os estudos sobre as culturas populares. Elas não desapareceram; continuam a existir e se reproduzir: festas regionais, como o bumba meu boi; as festas do Divino Espírito Santo; as festas de Reis; as inúmeras modalidades de música popular ou folclórica produzidas em diversas regiões do Brasil. Os exemplos podem se estender facilmente. O que importa assinalar, no entanto, é que essas formas de cultura popular continuam a ser produzidas no tempo presente e de modo criativo; e não parecem indicar, ao contrário do que se afirma obsessivamente, que estejam em processo de desaparecimento.*

*O problema evidentemente não está na cultura popular, mas nas perspectivas que postulam sua existência arcaica e seu inevitável desaparecimento. Trata-se de um fantasma produzido pelos que se recusam a reconhecer que elas expressam visões de mundo diferentes.*

*Muitas vezes, essas formas socioculturais estão associadas à oposição entre um mundo rural estável e harmônico e um mundo urbano industrializado e “inautêntico”. Contudo, pesquisas de antropologia social ou cultural já demonstraram que as culturas populares, estejam elas situadas no mundo rural ou nas grandes cidades, desempenham funções sociais e simbólicas fundamentais para sua persistência e reprodução. Desse modo, festas, artesanatos, lendas, formas musicais, dança, culinária articulam simbolicamente concepções coletivas de sociedade.*

*As culturas populares não se constituem em agregados de traços culturais passíveis de serem inventariados. Elas consistem efetivamente em sistemas de práticas sociais. Os comentários usuais sobre uma suposta perda de autenticidade das culturas populares na atualidade esquecem que elas não são o espelho de nossas categorias e classificações; o que elas oferecem de mais interessante não é nem o testemunho de um passado remoto, nem a catástrofe de seu desaparecimento, mas invenções alternativas e atuais dos modos de estar no mundo.*

(Adaptado de: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Culturas populares: patrimônio e autenticidade”. In: **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. BOTELHO, André e SHWARCZ, Lilia Moritz (org.) São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 136-139)

1. O autor
  - (A) lamenta a perda inevitável de diversas práticas culturais, como a dança e a culinária, cujos atributos dissiparam-se no tempo e não podem mais ser inventariados.
  - (B) questiona a ideia de que as culturas populares perderam sua legitimidade no mundo contemporâneo, uma vez que continuam a desempenhar funções sociais e simbólicas fundamentais.
  - (C) assinala que, a despeito de ter se transformado em um grande evento turístico na contemporaneidade, a cultura popular floresceu de forma autêntica e criativa no passado, época em que refletia uma visão coerente do mundo.
  - (D) aponta para o fato de que o processo de modernização das grandes cidades alterou as formas de expressão de diversas festas populares, que perderam, assim, suas propriedades mais importantes.
  - (E) opõe manifestações como a dança e a música do campo e da cidade, reiterando que no ambiente urbano tais práticas, embora apresentem menor qualidade artística, encontram ambiente propício à sua propagação.
2. A frase em que o tempo verbal evidencia uma hipótese está em:
  - (A) *As culturas populares não se constituem em agregados de traços culturais passíveis de serem inventariados.*
  - (B) *Elas não desapareceram...*
  - (C) *... essas formas socioculturais teriam cada vez mais perdido seus atributos definidores.*
  - (D) *Perdeu a autenticidade.*
  - (E) *... circula de modo amplo e difuso em nosso cotidiano uma perspectiva sobre as culturas populares...*



3. Atente para as afirmações abaixo.
- I. O uso obrigatório dos sinais indicativos de crase na frase *não só às festas, mas também ao artesanato, à música, à dança, à culinária* deve-se à regência do verbo “aplicar”. (1º parágrafo)
- II. O segmento *Trata-se de um fantasma produzido...* (4º parágrafo) está corretamente reescrito do seguinte modo: *Tratam-se de ilusões produzidas...*
- III. No 2º parágrafo, o segmento “no qual” pode ser substituído por “em que”, sem prejuízo da correção e do sentido.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III.  
(B) I.  
(C) II e III.  
(D) I e II.  
(E) I e III.
- 
4. *No entanto, um fantasma ronda os estudos sobre as culturas populares.* (3º parágrafo)
- Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:
- (A) Embora  
(B) Todavia  
(C) Conquanto  
(D) Porquanto  
(E) Assim
- 
5. *Desse modo, festas, artesanatos, lendas, formas musicais, dança, culinária articulam simbolicamente concepções coletivas de sociedade.* (5º parágrafo)
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:
- (A) tinha sido articulada.  
(B) são articuladas.  
(C) foi articulado.  
(D) são articulados.  
(E) eram articuladas.
- 
6. Alterando-se o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses, o verbo em destaque deverá ser flexionado em uma forma do plural em:
- (A) *Em outras palavras, circula de modo amplo e difuso em nosso cotidiano uma perspectiva sobre as culturas populares...* (certos pontos de vista)
- (B) *Há um comentário frequentemente encontrado nos meios de comunicação...* (observações)
- (C) *O problema evidentemente não está na cultura popular...* (nas culturas populares)
- (D) *Transformou-se em um grande empreendimento turístico.* (projetos turísticos de grande porte)
- (E) *Pode ser expresso na forma de um lamento e de um incontido sentimento de nostalgia.* (em variantes do luto)
- 
7. Sem prejuízo da correção e sem que se faça nenhuma outra alteração na frase, o segmento sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) *Muitas vezes, essas formas socioculturais estão associadas à oposição entre um mundo rural estável e harmônico...* (relacionadas)
- (B) *Mas desde então, como consequência das transformações históricas e em especial da chamada modernização...* (devido)
- (C) *As culturas populares não se constituem em agregados de traços culturais passíveis de serem inventariados.* (sujeitos à)
- (D) *Elas consistem efetivamente em sistemas de práticas sociais.* (equivalem)
- (E) *... pelos que se recusam a reconhecer que elas expressam visões de mundo diferentes.* (refutam)
- 
8. *Muitas vezes, essas formas socioculturais estão associadas à oposição entre um mundo rural estável e harmônico e um mundo urbano industrializado e “inautêntico”.* (5º parágrafo)
- Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantém a correção gramatical e, em linhas gerais, o sentido original, está em:
- (A) Não é raro que, essas formas socioculturais opunham-se à associação entre um mundo rural, no qual seria estável e harmônico e um mundo urbano: industrializado e “inautêntico”.
- (B) Não é raro que essas formas socioculturais estiverem associadas à oposição entre: um mundo rural estável e harmônico e um mundo urbano industrializado e “inautêntico”.
- (C) Não raro, associa-se essas formas socioculturais à oposição entre a estabilidade e a harmonia de um mundo rural e a “inautenticidade” de um mundo urbano industrializado.
- (D) Não raro, associam-se essas formas socioculturais à oposição entre um mundo rural, estável e harmônico, e um mundo urbano, industrializado e “inautêntico”.
- (E) Não é raro que se associa essas formas socioculturais, opondo-as a dois mundos: o rural, estável e harmônico, e o urbano, onde seria industrializado e inautêntico.



9. Está clara e correta a redação da seguinte frase:

- (A) De acordo com uma das lendas das diversas existentes em torno do bumba meu boi, diz que a festa surgiu no estado do Piauí, cuja a região começou a ser povoada por vaqueiros em busca de novas pastagens.
- (B) Existiu em diversas culturas antigas pelo mundo, manifestações culturais e religiosas em torno da figura do boi, que, no Brasil, surgiu no Nordeste como a festa do bumba meu boi, que ocorre principalmente nas festas juninas.
- (C) Apesar de ser uma manifestação típica do folclore brasileiro, a festa do bumba meu boi lembra os autos medievais: encenações simples, com linguagem popular e, geralmente, sobre a luta do bem contra o mal.
- (D) Resultado da união de elementos da cultura europeia, africana e indígena, com maior ou menor influência de cada uma delas, é incorporado ao bumba meu boi elementos da tradição espanhola e portuguesa.
- (E) Embora sua origem seja certamente mais antiga, o primeiro registro da festa do bumba meu boi, apareceu em 1840, num pequeno jornal de Recife e alguns historiadores associam seu nascimento à expansão, no Nordeste, do chamado Ciclo do Gado.

**Atenção:** Para responder às questões de números 10 a 12 considere o texto abaixo.

*Ao longo da vida percebemos que as pessoas sofrem, resolvem problemas, fazem escolhas, enfim, enfrentam a labuta do dia a dia. Com o tempo, sem saber ao certo a razão, desenvolvi um encanto por essa capacidade de ação dos meus semelhantes. Hoje, sei que existia nesse encanto que sentia o reconhecimento de que os seres humanos, na sua infinita batalha cotidiana, mereciam aquilo que só mais maduro poderia saber o que era – eles mereciam reverência.*

*Dito nas palavras que aprendi com Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.): a vida dos seres humanos desperta em nós, quando olhamos com atenção, "terror e piedade", traços da tragédia grega, segundo o filósofo.*

*A vida ficou clara na sua "essência" para mim quando entendi que somos como heróis da tragédia: combatemos até o fim, mas sempre seremos derrotados ao final. Não só a morte enquanto tal, mas as perdas, as frustrações, as mentiras, os amores impossíveis, dores de todos os tipos.*

*Evidente que isso tudo é atravessado por uma profunda beleza e coragem que, às vezes, assim como que num ato de graça, conseguimos até tocar com as mãos. E essas duas, beleza e coragem, que considero irmãs de sangue, tornam ainda mais evidente o reconhecimento de que os seres humanos merecem reverência nessa labuta sem fim.*

(Adaptado de: PONDÉ, Luiz Felipe. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/07/1790345-o-conflito-entre-o-bem-e-o-bem.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2016/07/1790345-o-conflito-entre-o-bem-e-o-bem.shtml))

10. Atente para as afirmações abaixo.

- I. Infere-se do texto que, desde a Antiguidade, o homem concorre com forças superiores a ele mesmo, nem sempre concretizando seus anseios, o que motiva o autor a expressar sua frustração a respeito dos seres humanos.
- II. No terceiro parágrafo, o autor apresenta argumentos que justificam a afirmação de que a vida dos seres humanos assemelha-se à dos personagens da tragédia grega.
- III. Para o autor, os seres humanos merecem profundo respeito por sua capacidade de ação, mesmo diante das dificuldades que a vida apresenta.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

11. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto está em:

- (A) A vida ficou clara, na sua "essência", para mim quando entendi que, somos como heróis da tragédia; combatemos até o fim, mas...
- (B) Dito nas palavras, que aprendi com Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), a vida dos seres humanos desperta em nós, quando olhamos com atenção, "terror e piedade"...
- (C) Não só a morte, enquanto tal, mas, as perdas: as frustrações; as mentiras; os amores impossíveis – dores de todos os tipos.
- (D) E essas duas: beleza e coragem que considero irmãs de sangue, tornam ainda mais evidente o reconhecimento de que...
- (E) Ao longo da vida, percebemos que as pessoas sofrem, resolvem problemas, fazem escolhas, enfim, enfrentam a labuta do dia a dia.

12. ... eles mereciam reverência. (1º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está também grifado em:

- (A) ... mas sempre seremos derrotados ao final.
- (B) ... que considero irmãs de sangue...
- (C) ... saber o que era...
- (D) ... enfrentam a labuta do dia a dia.
- (E) ... aquilo que só mais maduro poderia...



### Raciocínio Lógico-Matemático

13. A empresa **A** fornece serviços de capacitação profissional para a empresa **B**. O gerente de **A** verificou que, no ano anterior, houve uma capacitação para engenheiros e técnicos da empresa **B**, com custo total de R\$ 18.000,00, sendo que o valor cobrado por engenheiro era de R\$ 450,00 e, por técnico, R\$ 150,00. A fim de orçar os custos de uma nova capacitação para a empresa **B**, que manteve seus quadros estáveis, o gerente precisa descobrir quantos engenheiros e quantos técnicos participaram da capacitação do ano anterior. Não encontrou, porém, o registro de quantos funcionários de **B** haviam participado dessa capacitação. Sabendo-se que a empresa **B** tem uma política de manter em seus quadros uma quantidade de técnicos que é sempre o triplo da quantidade de engenheiros, o gerente da empresa **A** pode concluir que, no ano anterior, participaram da referida capacitação
- (A) 15 engenheiros e 45 técnicos.  
 (B) 20 engenheiros e 60 técnicos.  
 (C) 15 engenheiros e 75 técnicos.  
 (D) 20 engenheiros e 75 técnicos.  
 (E) 25 engenheiros e 45 técnicos.

#### 14. Texto 1

“Se o preço do quilo de frango é R\$ 9,00 e ocorre um aumento de 10%, ele passará a custar R\$ 9,90. Essa é a interpretação que costumamos dar ao comando “aumento de 10%”. Porém, em algumas atividades financeiras o cálculo da porcentagem não é feito sobre o valor inicial, mas sim sobre o valor final. Esse tipo de cálculo, também chamado de porcentagem “por dentro”, utiliza como base para o cálculo da porcentagem o número que já contém o aumento percentual. No caso do exemplo do frango, se o aumento é de 10% mas calculado pelo método “por dentro”, o preço final deverá ser o valor tal que se dele retirarmos 10%, resultará R\$ 9,00. Sendo assim, um aumento de 10% “por dentro” implicaria em aumentar o preço do quilo de frango de R\$ 9,00 para R\$ 10,00.”

(SANTOS, R.N. Porcentagem “por dentro” e a conta de luz. **Revista do Professor de Matemática**. n. 78. SBM: São Paulo)

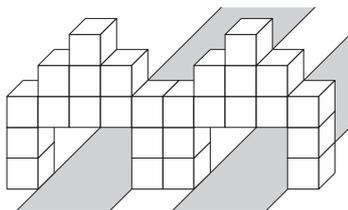
#### Texto 2

“A chamada cobrança “por dentro” de diversos tributos, dentre os quais o ICMS, é estabelecida pelas leis federais correspondentes e implica que os valores desses tributos integram a própria base de cálculo sobre a qual incidem suas respectivas alíquotas.”

(Adaptado de: BRASIL. **Por dentro da conta de luz**: informação de utilidade pública/Agência Nacional de Energia Elétrica. 4. Ed. Brasília: ANEEL, 2008. Disponível em: <[http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/catilha\\_1p\\_atual.pdf](http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/catilha_1p_atual.pdf)>)

A concessionária de energia elétrica de certo estado cobra R\$ 0,20 por kWh consumido e recolhe 20% de ICMS, caso o consumo mensal seja menor que 200 kWh, e 25%, caso o consumo ultrapasse esse valor. No caso de um consumo de 180 kWh, considerando o recolhimento de ICMS e ignorando outros tributos ou taxas, a conta de luz custaria, em R\$,

- (A) 36,00.  
 (B) 50,00.  
 (C) 43,00.  
 (D) 45,00.  
 (E) 38,00.
15. Uma administração municipal pretende construir um portal na entrada da cidade, circundando as duas pistas de uma estrada. Os blocos utilizados na construção, que podem ser vistos no esquema, são cubos de concreto de aresta 2 m.



Projeto do portal

O acabamento será em verniz acrílico, que é vendido em galões de 3,6 litros ou em latas de 18 litros. O fabricante do verniz informa que são necessárias duas demãos para concreto armado e que cada 3,6 litros cobre cerca de 40 m<sup>2</sup> a cada demão.

Se o verniz será usado em todas as faces do portal que ficarão expostas ao ar livre, a administração municipal deverá comprar, no mínimo,

- (A) 1 lata.  
 (B) 4 galões.  
 (C) 1 lata e 2 galões.  
 (D) 2 latas.  
 (E) 1 lata e 4 galões.



16. Considere a seguinte situação-problema:

*Em uma certa empresa, havia três cargos vagos – auxiliar contábil, auxiliar administrativo e auxiliar jurídico – e três candidatos foram selecionados para preenchê-los: André, Bernardo e Cláudio. Sabe-se que:*

- André não estava capacitado para o cargo do setor jurídico.
- O setor administrativo não contratou o Bernardo.
- Cláudio estava capacitado apenas para os cargos do setor jurídico e do setor administrativo.

Agora, considere as seguintes afirmações adicionais:

- (1) André foi contratado pelo setor contábil.
- (2) O setor jurídico não contratou Cláudio.

Para descobrir qual setor contratou cada candidato, considerando as três informações iniciais, a adição

- (A) das informações (1) e (2), mesmo juntas, é insuficiente.
- (B) da afirmação (1), por si só, é suficiente, mas a adição da afirmação (2), por si só, é insuficiente.
- (C) de cada afirmação, (1) ou (2), individualmente, é suficiente.
- (D) da afirmação (2), por si só, é suficiente, mas a adição da afirmação (1), por si só, é insuficiente.
- (E) de ambas as afirmações, juntas, é suficiente, mas individualmente, ambas são insuficientes.

### Noções de Informática

17. A proteção das informações e dos sistemas das organizações requer o uso de recursos de proteção como os *firewalls*, utilizados para
- (A) ajudar a impedir que a rede privada da empresa seja acessada sem autorização a partir da Internet.
  - (B) liberar o uso de todos os serviços de rede somente aos usuários registrados pelo administrador da rede.
  - (C) garantir que cada pacote de dados seja entregue com segurança apenas ao destinatário informado, reduzindo assim o tráfego na rede.
  - (D) garantir que nenhum colaborador possa comprometer a segurança das informações da organização.
  - (E) garantir que os computadores da rede não sejam infectados por *malwares* ou atacados por *hackers*.

18. No Microsoft Word 2013 em português, após digitar meia página de texto em coluna única, um profissional deseja digitar o restante da página em duas colunas, sem afetar o texto já digitado. Para isso, antes de definir o número de colunas para a segunda metade de página, deve-se inserir uma quebra de seção
- (A) Contínua.
  - (B) Alternada.
  - (C) Automática.
  - (D) Dupla.
  - (E) Vertical.

19. As organizações têm optado cada vez mais por utilizar no processo de desenvolvimento de sistemas um conjunto de metodologias que valorizam mais:
- as pessoas e interações do que os processos e ferramentas;
  - o *software* funcionando do que a documentação compreensível;
  - a colaboração do usuário do que negociações de contratos;
  - respostas rápidas às mudanças do que planos previamente definidos.

Estes princípios são adotados pelas metodologias

- (A) clássicas.
- (B) prescritivas.
- (C) orientadas a objetos.
- (D) ágeis.
- (E) cascata.

20. A partir da identificação do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos reconhecido como boa prática pelas organizações foi criado o guia PMBOK 5ª Edição, muito útil para o gerenciamento de projetos de diversos tipos. Este guia apresenta um conjunto de processos agrupados logicamente nos seguintes grupos de processo:
- (A) Escopo, Qualidade, Cronograma, Orçamento, Recursos, Risco.
  - (B) Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle, Encerramento.
  - (C) Escopo, Tempo, Custos, Qualidade, Recursos Humanos, Riscos.
  - (D) Escopo, Modelagem, Desenvolvimento, Testes, Implantação, Encerramento.
  - (E) Iniciação, Organização e preparação, Execução, Encerramento.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Atenção:** Para responder às questões de números 21 e 22, considere a Lei nº 2.138/1992 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina.

21. De acordo com a lei mencionada acima,
- (A) o servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade receberá ambos cumulativamente, cada qual calculado sobre o vencimento do cargo efetivo.
  - (B) o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e seis horas do dia seguinte será remunerado com acréscimo de 30% do valor da hora normal.
  - (C) a gratificação de produtividade é devida aos servidores municipais que tenham atribuições fiscais e operacionais.
  - (D) o direito às gratificações de penosidade, insalubridade ou periculosidade incorporam-se ao salário após dois anos, não cessando com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.
  - (E) o adicional de tempo integral é devido aos ocupantes de qualquer cargos com carga horária de 30 horas semanais.
- 
22. A inassiduidade habitual e a aplicação irregular de dinheiros públicos acarretarão a aplicação da penalidade de
- (A) suspensão.
  - (B) advertência e de suspensão, respectivamente.
  - (C) suspensão e de demissão, respectivamente.
  - (D) demissão.
  - (E) demissão e de suspensão, respectivamente.
- 

**Noções de Direito Constitucional**

23. A respeito dos Ministros de Estado, considere:
- I. O cargo de Ministro de Estado da Defesa pode ser ocupado por cidadãos brasileiros natos e naturalizados.
  - II. O cargo de Ministro de Estado da Saúde pode ser ocupado por cidadãos brasileiros, natos e naturalizados, com idade a partir de 21 anos.
  - III. Os Ministros de Estado são legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.
  - IV. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II e IV.
  - (B) I e II.
  - (C) I e III.
  - (D) II e III.
  - (E) I, III e IV.
- 

24. A respeito dos direitos fundamentais,
- (A) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País, com filhos brasileiros, sempre ocorrerá de acordo com as leis brasileiras.
  - (B) todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, independente de aviso prévio às autoridades, ainda que frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
  - (C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular.
  - (D) a pena de banimento é uma das penas adotadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, sendo reconhecida pela Constituição Federal de 1988.
  - (E) o Brasil não se submete à jurisdição de nenhum órgão internacional.
-



25. A respeito do Congresso Nacional, considere:
- I. O número total de Deputados será estabelecido por lei complementar.
  - II. Cada Território elegerá quatro Deputados.
  - III. Cada Senador será eleito com um suplente.
  - IV. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) I e IV.
  - (C) I e II.
  - (D) III e IV.
  - (E) I e III.
- 
26. Ao dispor sobre a Seguridade Social, a Constituição Federal determina que
- (A) a seguridade social se destina a assegurar tão somente os direitos relativos à previdência e à assistência social.
  - (B) a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa.
  - (C) é permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
  - (D) a diversidade da base de financiamento é um dos objetivos da seguridade social.
  - (E) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social poderá contratar com o Poder Público, mas não poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- 
27. A respeito do Poder Judiciário, a Constituição Federal dispõe que
- (A) podem ser Ministros do Supremo Tribunal Federal somente brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.
  - (B) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
  - (C) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de onze membros com mandato de quatro anos, admitida uma recondução.
  - (D) o processo de vitaliciamento de juízes independe de participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.
  - (E) a vitaliciedade dos juízes é adquirida após três anos do exercício do cargo.

#### Direito Administrativo

28. Manuel, Diretor de uma autarquia municipal, recebeu vultosa quantia pecuniária para facilitar o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado. Em razão do ocorrido, o Ministério Público Estadual ingressou com ação de improbidade administrativa contra o citado agente público. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, o ato de improbidade administrativa em questão
- (A) tem, como uma de suas sanções, a suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
  - (B) não comporta a medida de indisponibilidade de bens.
  - (C) não exige a presença do elemento subjetivo dolo para sua configuração.
  - (D) tem, como uma de suas sanções, o pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial.
  - (E) não transfere qualquer sanção ao sucessor, na hipótese de falecimento do agente público.
- 
29. Mara, servidora pública e chefe de determinada repartição pública, emitiu atestado a determinado particular, comprovando situação de que teve conhecimento por seus órgãos competentes. Um dia após a prática do ato administrativo, decidiu revogá-lo por razões de conveniência e oportunidade. O atestado emitido por Mara
- (A) comporta revogação desde que seja com efeitos *ex nunc*.
  - (B) comporta revogação desde que seja com efeitos *ex tunc*.
  - (C) não comporta revogação.
  - (D) por já ter produzido efeitos, deve, obrigatoriamente, permanecer no mundo jurídico.
  - (E) admite apenas anulação, a ser decretada somente pelo Poder Judiciário.



30. A Prefeitura Municipal de Teresina, após o respectivo procedimento licitatório, celebrou contrato administrativo com a empresa Building S.A. para a construção de importante obra pública. Passados três meses do início da execução contratual, a citada empresa sofreu alteração social que prejudicou a execução do contrato. No caso narrado e nos termos da Lei nº 8.666/1993, a rescisão do contrato
- (A) deverá ser judicial, nos termos da legislação pertinente.
  - (B) deverá ser amigável, por acordo entre as partes.
  - (C) deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
  - (D) garante, independentemente de culpa da empresa, o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que esta houver sofrido.
  - (E) poderá ser determinada por ato unilateral e verbal da Administração.
- 
31. O Município de Teresina celebrou, em um intervalo de seis meses, dois contratos de parceria público-privadas, de objetos distintos. No primeiro deles, foi prevista a possibilidade de prorrogação do prazo contratual, sendo que, na hipótese de prorrogação, o prazo contratual poderá superar trinta e cinco anos. No segundo contrato, restou consignado que as obrigações pecuniárias contraídas pela Administração pública fossem garantidas mediante garantia prestada por instituição financeira não controlada pelo Poder Público. A propósito dos fatos narrados e nos termos da Lei nº 11.079/2004,
- (A) ambos os fatos narrados estão corretos e passíveis de ocorrerem nos contratos de parceria público-privada.
  - (B) ambos os fatos narrados estão incorretos, haja vista vedação expressa prevista na citada Lei.
  - (C) está correto apenas o fato narrado no primeiro contrato.
  - (D) está correto apenas o fato narrado no segundo contrato.
  - (E) o Município não poderia ter firmado dois contratos de parceria público-privada no intervalo de seis meses, vez que é exigido um intervalo mínimo de um ano para tanto.
- 
32. Três Municípios do Estado do Piauí celebraram entre si importante consórcio público e, posteriormente, entregaram recursos ao mencionado consórcio mediante contrato de rateio. Nos termos da Lei nº 11.107/2005,
- (A) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem prévia dotação orçamentária caracteriza ato de improbidade administrativa na modalidade "ato que importa enriquecimento ilícito".
  - (B) os entes consorciados, apenas isoladamente, podem exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.
  - (C) é vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, exceto para operações de crédito.
  - (D) os entes consorciados poderão entregar recursos ao consórcio público mediante outros meios, distintos do contrato de rateio, como, por exemplo, o denominado protocolo de intenções.
  - (E) os recursos destinados ao consórcio público devem ser devidamente previstos na lei orçamentária de cada consorciado ou em seus créditos adicionais, sob pena de exclusão do consórcio, após prévia suspensão.
- 
33. Concernentes ao controle judicial, considere:
- I. Alguns atos da Administração pública não podem ser examinados pelo Poder Judiciário, como, por exemplo, os gerais e os unilaterais.
  - II. Haverá invasão do mérito do ato administrativo, quando o Poder Judiciário apreciar os motivos de tal ato, isto é, os fatos que precederam a elaboração do ato.
  - III. Os Regimentos dos órgãos públicos, em regra, não são apreciados pelo Poder Judiciário, exceto se ferirem direitos individuais e coletivos.
- Está correto o que consta em
- (A) II, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) II e III, apenas.
- 

### Noções de Direito Tributário

34. A respeito dos Princípios Gerais Tributários,
- (A) a instituição de tributo através de Decreto não fere o princípio da legalidade.
  - (B) a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro sem que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou fere especificamente o princípio da competência.
  - (C) a instituição de tributo fora da matéria que foi destinada constitucionalmente à entidade tributante fere especificamente o princípio da anterioridade.
  - (D) a graduação dos tributos fora da capacidade econômica de contribuir não fere o princípio da capacidade contributiva.
  - (E) o imposto progressivo não fere o princípio da igualdade.
-



35. Considere:

- I. Imposto sobre transmissão *causa mortis*, e doação de quaisquer bens ou direitos.
- II. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- III. Imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- IV. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Incluem-se na competência da União os impostos indicados APENAS em

- (A) III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

36. NÃO é causa extintiva do crédito tributário:

- (A) a conversão do depósito em renda.
- (B) o pagamento.
- (C) a compensação.
- (D) a moratória.
- (E) a decadência.

37. A respeito do lançamento, considere:

- I. Lançamento feito quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa no que concerne à sua determinação.
- II. Lançamento feito por iniciativa da autoridade administrativa, independentemente de qualquer colaboração do sujeito passivo.
- III. Lançamento feito em face de declaração fornecida pelo sujeito passivo ou por terceiro, quando um ou outro presta à autoridade administrativa informações quanto à matéria de fato indispensável à sua efetivação.

As situações indicadas em I, II e III são hipóteses, respectivamente, de lançamento

- (A) por homologação, por declaração e de ofício.
- (B) por homologação, de ofício e por declaração.
- (C) por declaração, de ofício e por homologação.
- (D) por declaração, por homologação e de ofício.
- (E) de ofício, por homologação e por declaração.

#### Administração Orçamentária e Financeira

38. No que se refere às regras estabelecidas na Lei nº 4.320/1964 para o exercício financeiro, tem-se que

- (A) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele previstas e as despesas nele legalmente pagas.
- (B) os restos a pagar são despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se em tributários e não tributários.
- (C) os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que foram previstos.
- (D) os créditos da Fazenda Pública exigíveis serão inscritos como dívida ativa processada e não processada.
- (E) a importância de despesas anuladas no exercício deve ser revertida à respectiva dotação.

39. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, “a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas”, bem como “o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício”, representam recursos disponíveis para a abertura de créditos adicionais

- (A) suplementares, especiais e extraordinários.
- (B) suplementares e especiais, apenas.
- (C) suplementares, apenas.
- (D) especiais, apenas.
- (E) suplementares e extraordinários, apenas.



40. Quando da elaboração dos balanços da Prefeitura de Teresina foram verificados os seguintes itens:

- I. débitos.
- II. créditos.
- III. títulos de renda.
- IV. bens móveis e imóveis.
- V. bens de almoxarifado.

A avaliação desses elementos patrimoniais será pelo valor nominal no que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) III, IV e V.
- (E) III.

41. Considere:

- I. estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- II. atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
- III. demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- IV. estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Conforme o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, é condição para a concessão de renúncia de receita o que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e II e, alternativamente, III ou IV.
- (C) II e III e, alternativamente, I ou IV.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

42. Considere:

- I. tem por finalidade cobrir déficit de pessoas jurídicas.
- II. não tem como propósito atender necessidades de pessoas físicas.
- III. necessita de autorização por lei específica.
- IV. deve atender ao previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- V. deve estar prevista na lei do orçamento ou em créditos adicionais.

A Prefeitura de Teresina pretende destinar recursos públicos para o setor privado. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, é regra atinente a esse fim o que consta APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) I, III, IV e V.
- (E) II, III, IV e V.

43. Considere:

- I. projeto básico.
- II. projeto executivo.
- III. orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários.
- IV. minuta do contrato.
- V. normas de execução pertinentes à licitação.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.666/1993, são anexos obrigatórios do edital o que consta APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) I, III, IV e V.
- (E) II, III, IV e V.



44. É regra atinente ao pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002,
- (A) a realização obrigatória de forma eletrônica.
  - (B) a comissão de licitação ser integrada, exclusivamente, por servidores efetivos.
  - (C) a obrigatoriedade de publicação do edital em jornal de grande circulação.
  - (D) a limitação dos critérios de julgamento a menor preço ou melhor técnica.
  - (E) o prazo mínimo de oito dias úteis fixado para a apresentação da proposta, contado a partir da publicação do edital.

---

#### Orçamento Público

45. Na hipótese de um contrato da União, o ato de sustação, segundo dispõe a Constituição Federal, é adotado diretamente pelo
- (A) Poder Executivo.
  - (B) Congresso Nacional.
  - (C) Superior Tribunal de Justiça.
  - (D) Ministério Público Federal.
  - (E) Tribunal de Contas da União.
- 
46. Consoante prevê a Lei nº 4.320/1964, é regra afeta à despesa pública que
- (A) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento somente se pendente de implemento de condição.
  - (B) será sempre vedada a realização de despesa sem a emissão da nota de empenho.
  - (C) é permitido o empenhamento global das despesas, mas não por estimativa.
  - (D) o pagamento da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor.
  - (E) o pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.
- 
47. A Lei nº 4.320/1964 estatuiu normas de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços de entes públicos, o que inclui a Prefeitura de Teresina. No que se refere à contabilidade, essa norma dispõe que
- (A) a escrituração deve ser feita de forma analítica, sendo vedada qualquer representação sintética.
  - (B) débitos de tesouraria e serviços da dívida a pagar integram a dívida fundada.
  - (C) o registro dos restos a pagar deve ser feito por exercício e por credor, distinguindo-se em despesas relevantes e irrelevantes.
  - (D) todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidos na execução do orçamento, também serão objeto de registro, individualização e controle contábil.
  - (E) a dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a seis meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.
- 
48. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu a receita corrente líquida como base de cálculo para os limites de despesas com pessoal. É dedução legal que deve ser feita para obtenção desse valor
- (A) nos Municípios, as receitas industriais.
  - (B) nos Estados, as receitas agropecuárias.
  - (C) na União, as concessões de garantia.
  - (D) nos Municípios, as receitas patrimoniais.
  - (E) nos Estados, as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional.



49. Segundo dispõe a Lei nº 8.666/93, é característica de um processo licitatório
- (A) a possibilidade de ser estabelecida margem de preferência a produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras.
  - (B) o sigilo das propostas até a adjudicação do objeto licitado.
  - (C) a impossibilidade de imposição ao contratado que promova medidas de compensação comercial, industrial ou tecnológica.
  - (D) a impossibilidade de restrição a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país.
  - (E) a restrição do acompanhamento do seu desenvolvimento à comissão de licitação e às empresas interessadas.
- 
50. Conforme o estabelecido no Decreto nº 93.872/1986, é regra atinente ao empenho da despesa
- (A) a possibilidade de empenho prévio ou contemporâneo à realização da despesa.
  - (B) a possibilidade, em qualquer caso, de ser firmado contrato à conta de crédito de orçamento vigente para liquidação no exercício seguinte.
  - (C) é vedada a celebração de contrato para investimento cuja execução ultrapasse o exercício financeiro.
  - (D) a impossibilidade da nota fiscal substituir o termo de contrato.
  - (E) a possibilidade de que as despesas relativas a contratos de vigência plurianual serem empenhadas de uma vez só para todo o período de vigência contratual.
- 
51. Segundo o Decreto nº 93.872/86, o pagamento da despesa por meio de suprimento de fundos é
- (A) regime de exceção ao empenho prévio.
  - (B) aplicável à despesa que deve ser feita em caráter sigiloso.
  - (C) vedado a servidor que já seja responsável por um outro suprimento.
  - (D) ilimitado para a concessão de valores se a despesa não se subordinar ao processo normal de aplicação.
  - (E) vedado para a aplicação do suprimento após 31 de dezembro.
- 

#### Finanças Públicas e Análise de Políticas Públicas

52. Observando-se a correlação entre hipotéticos dados de investimentos em infraestrutura de transporte público, em Teresina, e o tempo de viagens de ônibus dispendido pelos usuários, calculou-se um coeficiente de correlação ( $r$ ) igual a  $-1,0$  (um negativo). A partir deste resultado,
- (A) o conhecimento de dados sobre os investimentos em infraestrutura de transporte em nada contribui para a previsão do tempo dispendido em viagens de ônibus.
  - (B) todos os pontos gerados em um gráfico de coordenadas  $x$  e  $y$ , relacionando esses investimentos em infraestrutura de transporte e o tempo dispendido em viagens de ônibus, estão sobre uma reta.
  - (C) o tempo dispendido com viagens de ônibus decresce, necessariamente, de forma exponencial frente ao aumento linear de investimentos em infraestrutura de transporte.
  - (D) estabelece-se, necessariamente, uma relação de causa e efeito entre duas variáveis, sempre que exista uma correlação forte (coeficiente de correlação ( $r$ ) próximo de  $1,0$ ) entre elas.
  - (E) há uma intensidade de relação fraca, porque negativa, entre os dados sobre os investimentos em infraestrutura de transporte e os dados sobre dispêndio de tempo em viagens de ônibus.
- 
53. Em uma situação hipotética, o Departamento de Compras Governamentais do Estado do Piauí está realizando cotações para aquisição de mais de duzentos itens de materiais de escritório para a Administração pública e, para tanto, compara preços de bens adquiridos em 2012, ano da última compra, com os preços, desses mesmos bens, no ano corrente (2016). Além disso, leva em conta as variações de quantidade desses bens, que foram adquiridas em 2012 e que serão adquiridas agora. O ÍNDICE DE PREÇOS a ser utilizado, para determinar a variação de preços nesse período, levando em conta o critério da reversibilidade, em que o cálculo do índice de 2012 frente a 2016 multiplicado pelo cálculo do índice de 2016 frente a 2012 gera, como resultado,  $1,0$ , é o índice
- (A) de Sauerbeck.
  - (B) de Paasche.
  - (C) agregativo simples.
  - (D) de Laspeyres.
  - (E) de Fischer.
-



54. Considere a charge abaixo.



(Blog "Hora do Coiote")

Considerando-se a economia brasileira contemporânea, a análise da charge sugere que

- (A) desenvolvimento econômico e crescimento econômico são conceitos distintos.
- (B) o PIB *per capita* brasileiro aproxima-se dos padrões dos países mais desenvolvidos.
- (C) o Brasil pode ser considerado um país desenvolvido.
- (D) o Brasil possui um Índice de Desenvolvimento Humano baixo, comparável ao dos países mais pobres do mundo.
- (E) a informação sobre o tamanho da economia brasileira, como uma das dez maiores do mundo (a sexta, na charge) não é verdadeira.

55. A respeito dos agregados monetários é INCORRETO afirmar que

- (A) o conceito de M4 agrega os títulos públicos de alta liquidez.
- (B) o conceito de M1 agrega, somente, a moeda em poder do público (papel moeda e moedas metálicas).
- (C) o conceito de M3 contempla as cotas de fundos de renda fixa.
- (D) o conceito de M2 exclui as chamadas operações compromissadas registradas no Selic.
- (E) os depósitos de poupança fazem parte dos agregados M3 e M4, mas não pertencem ao M1.

56. Segundo Gilles-Gaston Granger, a economia é, "*simultaneamente e confusamente, ciência das coisas, ciência das ações e ciência das estruturas sociais.*"

(GRANGER, G. G. *Méthodologie économique*. 1955, p.2)

A citação acima é explicada por:

- (A) o economista realiza experimentos perfeitamente controlados, atingindo, em suas previsões, a precisão das ciências da natureza.
- (B) o conceito de economia exclui a noção de que esta é uma ciência que trata dos produtos da atividade humana.
- (C) o conteúdo da economia pode variar segundo o enfoque de cada autor ou escola: apresenta-se, por exemplo, como amplo sistema contábil que descreve o circuito dos produtos, em estrita ligação com o funcionamento de uma sociedade.
- (D) a economia propõe uma abordagem cujas relações são essencialmente determinadas por elementos objetivos, externos ao ser humano.
- (E) a economia não possui caráter científico.

57. Considerando a Teoria das Contas, as contas contábeis podem ser classificadas quanto à

- (A) necessidade de desdobramento, isto é, se contas sintéticas ou se analíticas.
- (B) frequência das movimentações no período, isto é, se contas estáveis ou se instáveis.
- (C) movimentação que sofrem, isto é, se contas estáticas ou se dinâmicas.
- (D) variação na natureza do saldo, isto é, se contas credoras ou se devedoras.
- (E) natureza do saldo, isto é, se contas unilaterais ou bilaterais.



58. Considere que a Prefeitura de Picos – PI deseja implantar uma ferramenta de gestão da qualidade, na Administração Municipal. Deseja um modelo que seja capaz de monitorar seu desempenho administrativo, dentro do escopo mais amplo do planejamento estratégico. Quer que esse sistema de medição de desempenho vá além das medidas contábeis e financeiras tradicionais, contemplando, também, as perspectivas do público, dos processos internos, do aprendizado e do crescimento, relacionando-as através de uma relação de causa e efeito.

A ferramenta que melhor contempla as necessidades da Prefeitura de Picos, nessa situação hipotética, é

- (A) as Cartas de Controle.
- (B) o Modelo da Espinha de Peixe.
- (C) o *Balanced Scorecard*.
- (D) o Diagrama de Pareto.
- (E) o Fluxograma.

59. Em um hipotético estudo para a construção de corredores de ônibus, pela iniciativa privada, em grandes avenidas de Teresina, um técnico alertou para a necessidade de se considerar, na avaliação da obra, o que os economistas chamam de externalidades. Sobre estas, o Técnico chamou a atenção para a

- I. possível ocorrência de diferenças entre custos privados e custos sociais com a realização das obras.
- II. desejabilidade da realização de uma estimativa do impacto sobre o comércio na região, durante as obras e após sua conclusão.
- III. projeção para um eventual aumento das viagens de ônibus com a implantação dos corredores.
- IV. estimativa de um possível impacto sobre outras obras viárias que se utilizam dos mesmos insumos utilizados na construção de corredores de ônibus.

Está correta a associação entre os apontamentos do Técnico e a noção de externalidade, no que consta em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.

60. Considere que o Município de Floriano – PI deseja estimular a atividade econômica local e, dentre outras medidas, decide conceder mais permissões para ampliar a operação do seu sistema de transporte público de caráter individual. Para ampliar os impactos de tal medida, decide, ainda, reduzir a zero a alíquota de Imposto Sobre Serviços – ISS aplicada a esse sistema. Sobre tais iniciativas, considere:

- I. com a redução da alíquota do ISS, a prefeitura espera que, mantendo-se as demais variáveis econômicas constantes, ocorra um deslocamento para a esquerda da curva de demanda agregada do município.
- II. supondo-se uma demanda perfeitamente elástica ao preço do serviço, o excedente, gerado pela redução do ISS será totalmente absorvido pela Administração pública.
- III. o chamado peso morto dos tributos deve aumentar proporcionalmente ao aumento esperado da demanda.
- IV. com a redução do ISS e com o aumento das permissões de operação, o município espera um aumento da oferta dessa modalidade de transporte e, mantidas constantes as demais variáveis econômicas, uma redução do preço do serviço.

Está correto o que consta em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda dos pontos a serem atribuídos à Redação. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

**Observação:** NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

*A forma de vida em que a geração jovem de hoje nasceu, de modo que não conhece nenhuma outra, é uma sociedade de consumidores e uma cultura “agorista” – inquieta e em perpétua mudança – que promove o culto da novidade e da contingência aleatória. Numa sociedade e numa cultura assim, nós sofremos com o suprimento excessivo de todas as coisas, tanto os objetos de desejo, quanto os de conhecimento, e com a assombrosa velocidade dos novos objetos que chegam e dos antigos que se vão.*

(BAUMAN, Zygmunt. **Sobre a educação e a juventude.** Trad. Carlos Alberto Meideiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013)

*A informação se tornou objeto de consumo; nem sempre, porém, é problematizada de modo a tornar-se um conhecimento produtivo.*

Com base nos excertos acima, redija um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	